

Influência dos gastos sociais sobre o PIB dos municípios da região oeste do Estado de Minas Gerais

Influence of the social expenses on the PIB of cities in the west region of Minas Gerais

Geovane Camilo dos Santos

Aluno do 8º Período do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas. e-mail: geovane_camilo@yahoo.com.br

Sandro Ângelo de Andrade

Mestre em Contabilidade pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE-ES/Fundação Piau – MG. Professor e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas.
e-mail: sandro.angelo@unipam.edu.br

Resumo: Os gastos públicos, considerados como sociais, são importantes no crescimento dos municípios, por serem utilizados na formação do Produto Interno Bruto. Nesse sentido, este trabalho foi realizado com o objetivo de verificar quais os gastos apresentam maior influência na formação do PIB da região oeste do Estado de Minas Gerais. A pesquisa abrange um período de 5 anos, de 2004 a 2008. Para a análise dos gastos públicos sociais e do Produto Interno Bruto foram utilizados os dados disponíveis no FINBRA – Finanças do Brasil. Os dados foram atualizados para o ano de 2009, por meio do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Os resultados encontrados indicaram não haver evidências de que todos os gastos públicos sociais influenciam na formação do PIB da região estudada. A importância se concentra apenas nos gastos em saúde e educação.

Palavras-chave: gastos públicos; gastos sociais; Produto Interno Bruto; crescimento econômico.

Abstract: The public social expenses are important for the growth of the city, because they are used in the formation of Gross National Product. Thus, this study was fulfilled to verify which expenses have greater influence on the formation of GDP in the western region of the state of Minas Gerais. The research covers a period of 5 years, from 2004 to 2008. For the analysis of the public expenses and the GDP, data were used from FINBRA (Finance of Brazil). The data were updated to the year 2009, through the General Price Index – Internal Availability (IGP-DI), provided by the Brazilian Institute of Economics in the Getulio Vargas Foundation. The results indicate that there is no evidence that the social public expenses influence in the formation of GDP of the studied region. The importance focuses only on health and education.

Keywords: public spending; social spending; Gross National Product; economic growth.

1. Introdução

O setor público brasileiro tem passado por constantes transformações resultando numa maior transferência de atribuições para os municípios. Paralelamente, a população passou a ter mais representatividade, levando a um maior controle social. Isto valorizou a utilização de indicadores sociais como instrumentos de gestão da atividade pública (VARELA, MARTINS e CORRAR, 2009).

Uma parte dos gastos públicos é destinada ao atendimento de demandas que estão mais diretamente ligadas ao dia a dia das pessoas, chamadas de gastos sociais. O acompanhamento dos gastos públicos é realizado de maneira contínua pelos governantes, principalmente quanto aos seus impactos no crescimento econômico, devido à alta produtividade dos setores público e privado. Do outro lado, a população cobra uma boa utilização dos recursos arrecadados, que são limitados para atender à expansão cada vez maior dos gastos públicos. Isso exige cada vez mais eficiência dos gestores na aplicação dos recursos (SLOMSKI e SCARPIN, 2006).

Rezende (1997) define gasto social como a parcela dos gastos públicos destinada à provisão de bens e serviços para atender às demandas sociais com saúde, saneamento, educação, cultura, assistência social, previdência social, habitação e urbanismo, e que podem ser explorados tanto pelo setor privado quanto pelo setor público. Já Castro e Afonso (2009) definem os gastos públicos como elementos voltados para o atendimento do bem-estar das pessoas, mas que segundo Hunter e Sugiyama (2009) podem ser influenciados por grupos de pessoas, que em muitos casos direcionam sua aplicação, não permitindo o acesso de todos os efetivos a serviços e programas sociais.

Segundo Siendenberg (2003), um dos indicadores utilizados para mensurar desenvolvimento é o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, considerando que a melhoria da qualidade de vida passa pelo crescimento econômico.

A relação de gastos públicos com o crescimento econômico tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores nacionais e internacionais. Segundo Cândido Júnior (2001), os trabalhos teóricos e empíricos de Ram, (1986), Aschauer (1989), Cashin (1995), Ferreira (1996) e Ferreira e Malliagos (1998) encontraram evidências de que os gastos públicos exercem influência positiva no crescimento econômico de alguns países.

Por outro lado, há outros trabalhos, como os de Bhagwati (1982), Schmitz (1996), Rocha e Giuberti (2007) e Cruz e Teixeira, (1999), que não apresentam evidências de que os gastos públicos geram impacto adicional sobre o crescimento econômico.

À luz desse quadro, este estudo teve como foco avaliar a aplicação dos gastos públicos considerados sociais e seus impactos na diminuição ou aumento da riqueza para os municípios que compõem a região oeste do Estado de Minas Gerais, tendo em vista que, no Brasil, existem poucas pesquisas que estudam a relação gastos públicos e seus efeitos sobre o crescimento econômico em nível de municípios.

Sant'anna (2006), utilizando a classificação de Rezende (1997), realizou estudos para os municípios do Espírito Santo, tendo concluído que somente os gastos com habitação e urbanismo apresentaram uma relação significativa com a formação do PIB dos municípios capixabas.

Araújo, Cavalcante e Monteiro (2010), noutro giro, realizaram estudos para os

municípios do Ceará, também para verificar a influência dos gastos públicos em relação ao crescimento econômico, obtendo evidências de que somente os gastos com assistência e previdência social podem contribuir para a formação do PIB dos municípios cearenses.

A geração de informações no setor público voltadas para o processo de gestão dos recursos para a maioria dos municípios ainda é inexpressivo, mas podem contribuir significativamente para que os gestores públicos possam avaliar a aplicação de gastos sociais em seus municípios, dando nova dimensão à aplicação dos recursos disponíveis e aliando atendimento das demandas sociais com o desenvolvimento econômico.

2. Revisão da literatura

O planejamento sempre foi muito importante para ajudar em todas as tomadas de decisões, pois ele tem o objetivo de estabelecer o que será realizado. Conforme aduz Masakazu Hoji (2000, p. 5),

O planejamento consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades, para atingir os objetivos fixados.

Barbosa e Loureiro (2010, p. 11) *apud* NBC T 16.3, que dispõem sobre “Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil”, definem o planejamento como:

O processo contínuo e dinâmico voltado à identificação das melhores alternativas para o alcance da missão institucional, incluindo a definição de objetivos, metas, meios, metodologia, prazos de execução, custos e responsabilidades, materializados em planos hierarquicamente interligados.

Segundo Corralo (2008, p. 1) o planejamento

constitui em etapa essencial para a persecução de objetivos e metas, sem as quais há o desmoronamento de qualquer modelo de gestão, pública ou privada. Mais do que um momento prévio e estanque no tempo, o planejamento deve ser concebido enquanto processo norteador, definidor e redefinidor das ações a serem efetivadas: pensar antes de agir.

Os principais benefícios que o ente público possui ao realizar um bom planejamento orçamentário são:

a. formaliza as responsabilidades pelo planejamento e pelo resultado que deve ser obtido por cada gestor;

- b. define previamente os resultados que devem ser alcançados em determinado prazo, o que obriga os gestores a tomarem decisões mais consistentes;
- c. facilita a delegação de poderes, pois define as responsabilidades de cada gestor;
- d. tende a melhorar a utilização dos recursos, bem como ajustá-los às atividades prioritárias, permitindo a integração das atividades de diversas áreas para atingir o objetivo global;
- e. Formaliza um instrumento de comunicação para toda a empresa, possibilitando a todos os colaboradores avaliarem se suas ações estão contribuindo para o objetivo global;
- f. define previamente as expectativas de cada área, o que torna possível a comparação com o resultado efetivo alcançado;
- g. identifica os pontos de eficiência ou ineficiência no desempenho das unidades (HOJI, 2000, p. 1).

O planejamento poderá ser de três tipos: planejamento estratégico, planejamento tático e planejamento operacional. O primeiro é um processo gerencial que facilita ao administrador estabelecer direção a seguir, e tem tempo prolongado. O segundo é utilizado para a otimização de determinadas áreas, e ele determina os objetivos a se alcançar, ou seja, é voltado aos meios para atingir os objetivos. O último trata da formalização para o atendimento dos objetivos traçados (HOJI, 2000).

As definições de planejamento no setor público por meio do sistema orçamentário brasileiro encontram-se insculpidas no artigo 165 da Constituição Federal, que preconiza três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

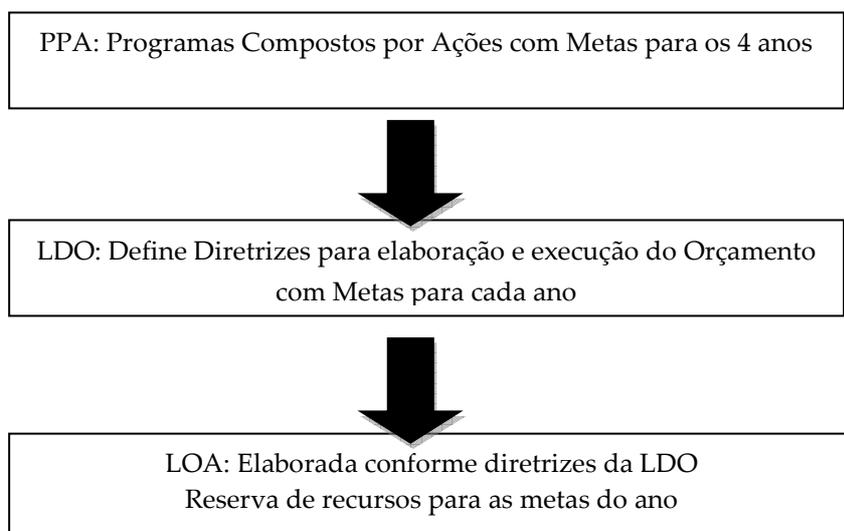
O Plano Plurianual está presente no parágrafo primeiro do artigo supracitado:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, Constituição Federal, 1988, artigo 165, § 1º).

Sobre o assunto, Cavichioli e Quintanilha afirmam cuidar-se de um planejamento com características orçamentárias e tem duração de quatro anos. Sua vigência se estende até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, objetivando garantir a continuidade dos planos e programas instituídos pelo governo anterior.

A melhor forma de se entender o Plano Plurianual (PPA) será observando a figura 1, a qual mostra que o PPA possui o maior período de vigência (4 anos) e, portanto, ele fica no topo, e suas orientações servirão de direção para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esta, por sua vez, dará as orientações necessárias para a elaboração do Orçamento Público, que também constituirá em uma lei: a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é responsável pela execução da arrecadação das receitas e a realização de despesas.

Figura 1: Planejamento Orçamentário



Fonte: Cavichioli e Quintanilha, *apud* LIMA, 2003.

O segundo instrumento está previsto no parágrafo segundo do artigo 165 da Carta Magna e define que a

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, Constituição Federal, 1988, artigo 165, §2º).

O último instrumento é a Lei Orçamentária Anual e, segundo Corralo (2008, p. 3),

deve conter o orçamento fiscal do Executivo, do Legislativo, dos fundos e dos entes com personalidade jurídica de direito público que compõem a administração indireta, como também o orçamento de investimento das empresas paraestatais.

A Lei Orçamentária Anual discrimina todas as receitas e despesas que a administração pública poderá utilizar para atender as demandas da sociedade em um exercício. As despesas públicas podem ser classificadas de várias formas, sendo utilizada neste trabalho uma classificação denominada de “Funções de Governo”, que segundo Varela, Martins e Corrar (2006), representam as grandes áreas de atuação de um governo.

A classificação por Funções de Governo foi instituída pela lei federal nº 4.320,

de 17 de março de 1964, sendo inicialmente composta de 9 (nove) funções. Posteriormente, através da Portaria da Secretaria de Orçamento e Finanças nº SOF 09/74, passaram para 16 (dezesesseis) funções.

Em 1999, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou a Portaria MPOG nº 42/99, estabelecendo uma nova classificação com 28 (vinte e oito) funções de governo, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1: Gastos por Funções

Portaria SOF 09/74		Portaria MPOG 42/99	
1	Legislativa	1	Legislativa
2	Judiciária	2	Judiciária
3	Administração e Planejamento	3	Essencial à Justiça
4	Agricultura	4	Administração
5	Comunicações	5	Defesa Nacional
6	Defesa Nacional e Segurança Pública	6	Segurança Pública
7	Desenvolvimento Regional	7	Relações Exteriores
8	Educação e Cultura	8	Assistência Social
9	Energia e Recursos Naturais	9	Previdência Social
10	Habituação e Urbanismo	10	Saúde
11	Indústria, Comércio e Serviços	11	Trabalho
12	Relações Exteriores	12	Educação
13	Saúde e Saneamento	13	Cultura
14	Trabalho	14	Direitos da Cidadania
15	Assistência e Previdência	15	Urbanismo
16	Transporte	16	Habituação
		17	Saneamento
		18	Gestão Ambiental
		19	Ciência e Tecnologia
		20	Agricultura
		21	Organização Agrária
		22	Indústria
		23	Comércio e Serviços
		24	Comunicações
		25	Energia
		26	Transporte
		27	Desporto e Lazer
		28	Encargos Especiais

Fonte: Sant'anna (2006)

Nota: adaptado pelos autores

Os gastos públicos são todos os desembolsos necessários ao atendimento dos serviços públicos demandados pela sociedade ou a realização de aumentos patrimoniais (Kohama, 2001). Rezende (1997) definiu uma distribuição dos gastos públicos, com base nas funções de governo, classificando-os em: gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos.

Gasto mínimo (Gm) é a parcela dos gastos públicos considerados de domínio exclusivo do Governo; gasto social (Gs) é a parcela dos gastos públicos voltados para o atendimento de bens e serviços de caráter meritório ou do tipo semipúblicos, que devido ao grau de exclusão, podem ser produzidos pela iniciativa privada e também pelo poder público, garantindo o acesso da população de menor renda; e gasto econômico (Ge) é a parcela dos gastos públicos que não tem a necessidade de intervenção do governo (REZENDE, 1997).

O quadro 2 demonstra as distribuições dos gastos por funções para cada uma das classificações, ou seja, gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos.

Quadro 2: Funções de governo para categoria de gastos públicos

Gasto Mínimo (Gm) Bens Públicos Puros	Gasto Social (Gs) Bens Semipúblicos	Gasto Econômico (Ge) Bens privados
Legislativa	Assistência Social	Trabalho
Judiciária	Previdência Social	Gestão Ambiental
Administração	Saúde	Ciência e Tecnologia
Essencial à Justiça	Saneamento	Agricultura
Defesa Nacional	Educação	Organização Agrária
Segurança Pública	Cultura	Indústria
Direitos da Cidadania	Urbanismo	Comércio e Serviços
Encargos Especiais	Habitação	Comunicações
		Energia
		Transporte
		Desporto e Lazer
		Relações Exteriores

Fonte: Sant'anna (2006), adaptado de Rezende (1997)

O Produto Interno Bruto (PIB) é bastante utilizado como indicador de desenvolvimento para explicar o bem-estar econômico e a realização de investimentos em determinadas regiões (SANT'ANNA, 2006). Para Paulo Nunes (2007), o PIB é um indicador da atividade que representa o valor total da produção de bens e serviços.

Encontramos na literatura internacional e nacional autores que avaliaram a relação gastos públicos e crescimento econômico, sendo que alguns encontraram uma relação positiva e outros uma relação negativa para estas variáveis. Dentre os autores que encontraram uma relação positiva, podemos citar na literatura internacional Ram (1986), Aschauer (1989), Cashin (1995) e, na literatura nacional, os trabalhos de Ferreira (1996), Ferreira e Malliagos (1998) e Rodrigues e Teixeira (2010).

Ram (1986) analisou a participação do governo em relação ao crescimento econômico para 115 países, entre 1960 e 1980, encontrando evidências de um impacto positivo da presença de recursos públicos no desempenho econômico. Aschauer (1989) avaliou as razões da queda de produtividade nos Estados Unidos na década de 70, concluindo que os gastos em infraestrutura impactam positivamente o nível de crescimento econômico. Cashin (1995) estudou a influência de investimentos públicos e impostos em 23 países, encontrando indícios de que os gastos ligados à produção privada impactam positivamente o crescimento econômico. Ferreira (1996) e Ferreira e Malliagros (1998) avaliaram investimentos em infraestrutura e os impactos sobre o PIB no Brasil, concluindo existir uma forte relação entre investimentos neste setor e impactos sobre o produto. Rodrigues e Teixeira (2010) avaliaram gastos com investimentos e gastos correntes da União, estados e municípios e crescimento econômico, com evidências de que os gastos em investimentos devam ser priorizados para incremento no crescimento econômico.

Outros autores não encontram uma relação positiva para a realização de gastos públicos e crescimento econômico, como Bhagwati (1982), Schmitz (1996), Herrera e Blanco (2004), na literatura internacional, e Cruz e Teixeira (1999) e Rocha e Giuberti (2007), na literatura nacional.

Para Bhagwati (1982) os gastos públicos são improdutivos, não gerando valor adicional ao PIB, sendo resultantes de interesses de grupos. Schmitz (1996), avaliando a participação do governo em sistemas produtivos da Inglaterra e Estados Unidos, concluiu que a participação do governo é menos eficiente, devendo ser realizada somente quando houver a necessidade de incentivo inicial para desenvolvimento de um setor específico. Herrera e Blanco (2004) avaliaram os efeitos da política fiscal sobre o PIB, no curto e no longo prazo, encontrando evidências de que no longo prazo os gastos com consumo ou previdência não exercem influência no produto, sendo estendido para todos os gastos do governo no curto prazo. Cruz e Teixeira (1999) avaliaram investimentos públicos e privados realizados na economia brasileira entre 1947 e 1990, com evidências de um melhor resultado dos gastos públicos sobre o investimento privado no curto prazo, mas que não se mantêm no longo prazo. Rocha e Giuberti (2007) avaliaram no período de 1986 a 2002 a relação de gastos públicos correntes e de capital com o crescimento econômico, concluindo haver uma relação positiva para gastos de capital e uma relação negativa para os gastos correntes.

Em nível de municípios temos os trabalhos de Sant'anna (2006) e Araújo, Cavalcante e Monteiro (2010), estudando a influência dos gastos públicos, classificados por funções de governo em relação ao crescimento econômico. Sant'anna (2006) avaliou o impacto de gastos públicos sociais divididos em quatro indicadores: saúde e saneamento, educação e cultura, assistência e previdência e habitação e urbanismo no PIB dos municípios do Espírito Santo, no período de 1999 a 2003, encontrando evidências de que somente o indicador de gastos sociais com habitação e urbanismo tem relação estatisticamente significativa com o PIB municipal dos municípios capixabas.

Araújo, Cavalcante e Monteiro (2010) avaliaram a mesma relação para os municípios do Estado do Ceará, utilizando as variáveis: assistência e previdência, administração e planejamento, legislativo, custeio com pessoal e saúde e saneamento, com evi-

dências de que somente gastos com assistência e previdência impactam o PIB dos municípios cearenses.

3. Metodologia

O estudo teve por abrangência a região oeste de Minas Gerais, compreendendo os municípios das regiões do Alto Paranaíba e a Região do Noroeste. A região do Alto Paranaíba é composta por trinta e uma cidades, com pequenas e médias populações. A região do Noroeste conta com vinte e duas cidades, constituída em sua maioria por municípios com pequenas populações.

Os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) e aos gastos públicos segregados por funções orçamentárias dos municípios foram coletados do banco de dados do IBGE e do sistema de informação FINBRA (Finanças do Brasil), disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em seguida os dados foram atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) para o ano de 2009, dividindo-se os valores históricos apurados pelo índice médio apurado para o ano de referência multiplicado pelo índice médio para o ano de 2009.

O IGP-DI, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), constitui uma medida da inflação do país, que teve divulgação inicial em 1947, sendo composto por 60% (sessenta por cento) do valor adicionado nas transações comerciais em nível de produtor (Índice de Preços ao Produtor Amplo / IPA-DI), 30% (trinta por cento) do valor adicionado pelo setor varejista e pelos serviços de consumo (Índice de Preços ao Consumidor / IPC-DI), e 10% (dez por cento) equivalente ao valor adicionado pela indústria da construção civil (Índice Nacional da Construção Civil / INCC-DI) (FGV/IBRE, 2010). O período analisado compreendeu uma série de 5 (cinco) anos, permitindo a avaliação de comportamento ao longo do tempo.

Para evitar que o gasto público conte duas vezes como produto interno bruto, o setor público foi excluído da composição do PIB, sendo transformado em produto interno bruto municipal ajustado. Tendo como referência a data de primeiro de julho de cada ano, o PIB de cada município foi dividido pela sua população respectiva passando a ser denominado de Produto Interno Bruto Ajustado per capita municipal (PIBa – PC).

Os estudos levaram em consideração a estruturação de dois modelos de análise, tendo como variável dependente o de Produto Interno Bruto Ajustado per capita municipal (PIBa – PC) e as variáveis independentes constituídas pelos gastos sociais. Considerou-se ainda uma variável de controle constituída pelo Produto Interno Bruto do Brasil (PibN-a), no período de 2004 a 2008, buscando assim eliminar os efeitos que o crescimento do país influencia no crescimento dos municípios.

Esta variável seguiu o mesmo tratamento metodológico utilizado para as demais variáveis. O modelo matemático para a realização da regressão ficou assim constituído:

$$\text{PIBa-PC} = \beta_0 + \beta_1 \text{Assist}_{(t-3)} + \beta_2 \text{Previd}_{(t-3)} + \beta_3 \text{Saud}_{(t-3)} + \beta_4 \text{Sanea}_{(t-3)} + \beta_5 \text{Educa}_{(t-3)} + \beta_6 \text{Cult}_{(t-3)} + \beta_7 \text{Habit}_{(n-3)} + \beta_8 \text{Urban}_{(n-3)} + \beta \text{PibN-a} + \varepsilon \text{ sendo:}$$

Quadro 3: Variáveis da equação de regressão com variáveis desagrupadas (1)

PibM-a: log do PIB per capita municipal ajustado com a exclusão dos valores gerados pela administração pública

Assist_(n-3): log dos gastos per capita classificados na função de governo Assistência Social;

Previd_(n-3): log dos gastos per capita classificados na função de governo Previdência Social;

Saud_(n-3): log dos gastos per capita classificados na função de governo Saúde;

Sanea_(n-3): log dos gastos per capita classificados na função de governo Saneamento;

Educa_(n-3): log da soma dos gastos classificados na função de governo Educação;

Cult_(n-3): log dos gastos per capita classificados na função de governo Cultura;

Habit_(n-3): log dos gastos per capita classificados na função de governo Habitação;

Urban_(n-3): log dos gastos per capita classificados na função de governo Urbanismo;

PibN-a: log PIB per capita do Brasil, ajustado com a exclusão do PIB de Minas Gerais; e ε erro.

Fonte: Pesquisa

O modelo estatístico utilizado foi uma regressão com dados em painel que, segundo Pindick e Rubinfeld (2004), inclui amostra de entidades individuais ao longo de um período de tempo, permitindo investigar efeitos econômicos não identificados com uso de dados em corte transversal ou apenas o uso de séries temporais.

A regressão com dados em painel pode ser realizada com efeitos fixos, em que o intercepto pode diferir entre os indivíduos, mas o intercepto de cada indivíduo não varia ao longo do tempo e com efeitos aleatórios em que os valores de intercepto são extraídos aleatoriamente (GUJARATI E PORTER, 2011).

As análises compreenderam ainda regressões com efeitos fixos, em que cada indivíduo possui um coeficiente que não se altera ao longo do tempo e com efeitos aleatórios em que o comportamento dos indivíduos ao longo do tempo é desconhecido. Os estudos foram realizados utilizando-se o software STATA 11.1, apresentando os resultados abaixo alinhavados.

4. Resultados

Com o escopo de cumprir o que foi proposto, realizou-se regressão com dados em painel utilizando-se “efeitos fixos”, conforme resultados da Tabela 1, em que apenas as variáveis “educação” e “saúde” apresentaram um valor estatisticamente significativo, com índice de confiança de 95%, evidenciando que os gastos nestes setores impactam o PIB municipal, sendo que a área de educação apresenta um coeficiente positivo e a área de saúde apresenta um coeficiente negativo.

A determinação dada pela Emenda Constitucional nº 29 de 2000, para que os

municípios elevassem os gastos com saúde para um limite mínimo de 15% dos impostos mais transferências relativas a impostos e o Plano Nacional de Saúde para o período de 2004 a 2010, buscando melhorar o sistema de atendimento a saúde, assim como a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), na área de educação, são fatores que certamente podem ter exercido influência nos resultados.

Tabela 1: Efeitos fixos – variável dependente PIBa-PC

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Estatística z	Valor P.
Intercepto	1,7992760	1,1199440	1,61	0,110
Assit	-0,0254488	0,0150897	-1,69	0,093
Previd	0,0000631	0,0031018	0,02	0,984
Educ	0,2199242	0,0782698	2,81	0,005
Cult	-0,0006249	0,0042765	-0,15	0,884
Saud	-0,1243552	0,0479519	-2,59	0,010
Sanea	-0,0008633	0,0031621	-0,27	0,785
Habit	-0,0018071	0,0021422	-0,84	0,400
Urban	0,0069196	0,0197271	0,35	0,726
PibN-a	0,6609763	0,1769769	3,73	0,000

Nota: R2 reajustado 22,42% para 265 observações.

Fonte: extraído resultados Stata 11.1

Também foi realizada a regressão com dados em painel com efeitos aleatórios, sendo os resultados apresentados semelhantes aos resultados obtidos por efeitos fixos, com evidências também de que somente as variáveis educação e saúde apresentam uma nítida relação positiva com o PIB dos municípios da região do Alto Paranaíba.

Tabela 2: efeitos aleatórios - variável dependente PIBa-PC

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Estatística z	Valor P.
Intercepto	2.1713100	1.1337590	1.92	0.055
assit	-0.0226236	0.0152436	-1.48	0.138
previd	-0.0003160	0.0031093	-0.10	0.919
educ	0.2555265	0.0709255	3.60	0.000
cult	-0.0002648	0.0043242	-0.06	0.951
saud	-0.1065101	0.0470892	-2.26	0.024
sanea	-0.0007577	0.0031985	-0.24	0.813
habit	-0.0010994	0.0021606	-0.51	0.611
urban	0.0103791	0.0199067	0.52	0.602
PibN-a	0.5266040	0.1593483	3.30	0.001

Nota: R2 reajustado 22,08% para 265 observações.

Fonte: extraído resultados Stata 11.1

Necessário frisar que, como os resultados apresentados pelas regressões para “efeitos fixos” e “efeitos aleatórios” foram semelhantes, deixou-se de realizar o teste de Hausman para definir o melhor modelo de predição, já que os dois conduziram à mesma interpretação.

5. Conclusões

Os resultados encontrados na pesquisa realizada indicam que a priorização da aplicação de recursos no setor público, voltados para o atendimento de gastos sociais, em detrimento de aplicação no setor privado, não evidencia uma relação estatisticamente significativa de impacto no PIB dos municípios da região oeste do estado de Minas Gerais.

Os resultados encontrados são semelhantes aos de outras pesquisas, como de Sant’anna (2006), para os municípios do estado do Espírito Santo e Araújo, Monteiro e Cavalcante (2010), para os municípios do Estado do Ceará.

A principal semelhança é que são poucos os gastos que constituem grande influência na formação do PIB dos municípios avaliados. Neste trabalho, os gastos que apresentaram influência significativa, ainda que não sejam determinantes na composição do PIB municipal, foram os de saúde e de educação.

Um dos possíveis motivos para estes gastos constituírem uma significância na formação do PIB da região oeste do Estado de Minas Gerais são as determinações constitucionais que obrigam os municípios a aplicarem um mínimo de 15% para a saúde e 25% para a educação de todos os impostos arrecadados pelos municípios e das transferências do Estado e da União.

Os resultados aplicam-se somente para este estudo, cabendo, neste ponto, a ressalva de que outros fatores que não foram avaliados nesta pesquisa podem exercer impacto nos resultados, como a divergência no tamanho da população dos municípios analisados, os períodos de eleições municipais, a crise financeira e também o tempo para retorno dos gastos nas atividades sociais, que podem ocorrer num período de tempo maior que o analisado.

Portanto, podemos concluir que, no curto prazo, entendido como um período de cinco anos, a realização de gastos públicos por parte dos municípios da região oeste do estado de Minas Gerais, mesmo nas áreas da saúde e da educação, não evidenciaram substanciais influências sobre a formação do PIB das municipalidades.

Diante dos resultados, torna-se interessante a realização de mais estudos na avaliação de gastos públicos sociais e seus impactos no crescimento econômico local, gerando informações úteis para o direcionamento das administrações municipais na realização de seus orçamentos e aplicações de políticas mais eficientes, que tragam desenvolvimento econômico e bem-estar à população.

Referências

ARAÚJO, J. A.; CAVALCANTE, Cristina Aragão; MONTEIRO, Vitor Borges. Influência dos Gastos Públicos no Crescimento Econômico dos Municípios do Ceará, in: *VI Economia do Ceará em Debate 2010*. Fortaleza, 2010.

ASCHAUER, D. Is public expenditure productive?, *Journal of Monetary Economics*, v. 23, 177-200, 1989.

BARBOSA, Eduardo; LOUREIRO, Claudio R. *Orçamento e Planejamento Público – LOA*. Boletim de Administração Pública Municipal Ago. 2010. Disponível em: <http://201.28.69.146:5658/bamweb/pdf%20geral/Orcamento2011.pdf>. Acesso em 20 ago. 2011.

BHAGWATI, Jagdish N. Directly unproductive, profit-seeking (DUP) activities. *The Journal of Political Economy*, v. 90, n. 05, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: de 20 ago. de 2011.

BRASÍLIA. Lei nº 4.320 de 17 março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Planalto*, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em 21 ago 2011.

CAMARGO, José Márcio. Gastos sociais: focalizar versus universalizar. *IPEA- Políticas sociais – acompanhamento e análise*. Rio de Janeiro, ago. 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_07/ensaio2_Jose.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2011.

CÂNDIDO JUNIOR, José Oswaldo. *Os gastos públicos no Brasil são produtivos?* IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para Discussão n. 781. Brasília 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_781.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2011.

CASHIN, P. Government Spending, Taxes and Economic Growth. *IMF Staff Papers*, v. 42, n. 2, p. 237-269, June, 1995.

CASTRO, Kleber Pacheco de; AFONSO, José Roberto. *Gasto Social no Brasil após 1988: uma análise sob a ótica da descentralização fiscal*. Revista de Política, Planejamento e Gestão da Saúde, ABRASCO, vol. 1, nº 1, jul/set 2009.

CAVICHIOLO, Ledionete Barbosa; QUINTANILHA, Natália Gervázio. *Lei de diretrizes orçamentárias como instrumento de Planejamento orçamentário com aparato legal para gestão pública*. 2007. Disponível em:

<www.contabilidadeamazonia.com.br/.../artigo_21lei_diretrizes_orca...Similares>. Acesso em 20 ago. 2011.

CORRALO, Giovani. *Planejamento Municipal e Desenvolvimento Sustentável: perspectivas jurídicas e desenvolvimentistas da gestão pública passofundense*. Disponível em: <http://giovanicorralo.com.br/arquivos/eb4e83f8eb9b0d0d4aa4860bf88e5c70.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CRUZ, Bruno de Oliveira. TEIXEIRA, Joanílio R. The Impacto of Public investment on private investment in Brazil, 1947-1990 – *Cepal Review* 67. Abril/1999. Disponível em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/20159/oliveira.pdf>. Acesso em 20 de jan de 2012.

FERREIRA, P. C. Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo, in: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 26, n. 2, p. 231-252, 1996.

FERREIRA, P. C., e MALLIAGROS, T.G. Impactos produtivos da infraestrutura no Brasil 1950/95, in: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 28, n. 2, p. 315-338, 1998.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. *Econometria Básica*. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HERRERA, S. e BLANCO, F. *The quality of fiscal adjustment and the long run growth impact of fiscal policy in Brazil*, Mimeo, 2004.

HOJI, Masakazu. *Planejamento e Controle Financeiro nas Empresas*. Disponível em: <http://www.hojiconsulting.com.br/cursopos/mack_pcf/6.1_planejamento_orcamentario.pdf>. Acesso em 20 nov. 2011.

HUNTER, Wendy; SUGIYAMA, Natasha Borges. *Democracy and social policy in Brazil: advancing basic needs, preserving privileged interests*. *Journal Latin American Politics & Society*, vol. 5, n. 2, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto interno bruto dos municípios*. Rio de Janeiro, IBGE, 2004. Série Relatórios Metodológicos, v. 29. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/srmpibmunicipios.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2011.

KOHAMA, Heilio. *Contabilidade pública: teoria e prática*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NUNES, Paulo. *Conceito de PIB (Produto Interno Bruto)*, 2007. Disponível em: <<http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/pib.htm>>. Acesso em: 20 out. 2011.

PINDICK, Robert S.; RUNBINFIELD, Daniel L. *Econometria: modelos e previsões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RAM, Rati. Government size and economic growth: a new framework and some evidence from cross-section and time-series data. *The American Economic Review*, v. 76, n. 1, 1986.

REZENDE, Flávio da Cunha. *Descentralização, gastos públicos e preferências alocativas dos governos locais no Brasil (1980-1994)* – Dados v. 40, n. 3. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300005>. Acesso em 28 ago. 2011.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. *Econ. Apl. [online]*, vol. 11, n. 4, p. 463-485, 2007.

RODRIGUES, Rodrigo Vilela; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Gasto público e crescimento econômico no Brasil: uma análise comparativa dos gastos das esferas de governo. *R.B.E.* Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, p. 423-438, out/dez 2010.

SANTANA, José Mário Bispo. *Efeito do gasto público sobre o PIB: um teste empírico nos municípios do estado do Espírito Santo*. Vitória, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE).

SCHMITZ, James. The Role played by public enterprises: how much does it differ across countries, in: *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review*. 20 (2), Spring, 1996.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. *Relatório das informações sobre despesas e receitas dos municípios brasileiros* – FINBRA. Disponível no endereço eletrônico: <www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em 24 de jul. 2011.

SIENDERBERG, Dieter Rugard. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. *Revista da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano 1, n. 1, p. 45-71, jan./jun. 2003.

SLOMSKI, V.; SCARPIN, Jorge E. *Estudo dos fatores condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental*. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/193.pdf>>. Acesso em 04 set. de 2011.

VARELA, Patrícia Siqueira; MARTINS, Gilberto de Andrade; CORRAR, Luiz João. Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico social dos municípios paulistas. *Revista de Contabilidade e Organizações FEARP/USP*, v. 3, n. 5, p. 80-97, jan./abr. 2009.